

# Explicitação ou implicatura? Um exemplo de comunicação intercultural<sup>1</sup>

Jacques Moeschler\*

## Resumo

Defende a hipótese de que o domínio principal das investigações sobre a pragmática das línguas naturais constitui-se de explicitações. Esta hipótese opõe-se a teses defendidas na pragmática, que diz que o interesse da comunicação inferencial é justamente a possibilidade para o locutor de comunicar implicitamente sua intenção informativa, ou ainda se o locutor não diz explicitamente aquilo que quer dizer, é porque ele pode ter boas ou más razões para não querer dizê-lo.

**Palavras-chave:** Pragmática; Explicitações; Comunicação inferencial; Locutor; Intenção Informativa.

Este artigo tem por objetivo mostrar, com ajuda de argumentos teóricos e empíricos, que o domínio principal das investigações sobre a pragmática das línguas naturais constitui-se de explicitações. Esta hipótese, já defendida por certo número de autores – principalmente Reboul e Moeschler (1998), Carston (2002) – opõe-se, entretanto, a teses explicitamente ou implicitamente defendidas na pragmática, notadamente, aquela que consiste em dizer que o interesse da comunicação inferencial é justamente a possibilidade para o locutor de comunicar implicitamente sua intenção informativa (SPERBER; WILSON, 1989), ou ainda se o locutor não diz explicitamente aquilo que quer dizer, é porque ele pode ter boas ou más

---

\* - Université de Genève.

1 - Título original: “Explicitation ou implication? Un exemple de communication Interculturelle”. Tradução de Hugo Mari (PUC Minas), Kariny Cristina de Souza Raposo (Doutoranda PUC Minas) e Maira Avelar Miranda (Doutoranda PUC Minas).

razões para não querer dizê-lo (DUCROT, 1972).

O argumento que pretendemos defender aqui é duplo: de uma parte, localizar o nível pertinente da descrição do sentido de um enunciado em relação àquilo que o locutor comunica explicitamente permite fazer predições interessantes sobre aquilo que deve ser necessariamente compreendido pelo auditório para que a comunicação seja bem sucedida; de outra, supor que o nível de compreensão seja aquele da explicitação tem a vantagem de poder ser ele testado, sobretudo pelo exame de situações relevantes da comunicação intercultural.

Este artigo tem, pois, dois objetivos precisos: (i) mostrar, com ajuda de argumentos empíricos, o papel das explicitações na comunicação verbal em geral e na comunicação intercultural em particular; (ii) responder, por razões teóricas, à seguinte questão: por que as explicitações são centrais na comunicação humana?

Nosso objetivo será, portanto, justificado de duas maneiras. Apresentaremos, num primeiro momento, um exemplo que julgamos paradigmaticamente um mal entendido cultural, localizando a natureza e o nível de problemas a serem resolvidos. Apresentaremos a seguir o modelo de pragmática inferencial representado pela última versão da teoria da pertinência, que enfatiza notadamente os diferentes níveis de compreensão e a estratégia de compreensão utilizada pelo auditório. Enfim, voltaremos ao nosso exemplo apresentado para formular uma análise teórica e empiricamente fundamentada. Mostraremos que é efetivamente no nível das explicitações que a comunicação fracassou.

Antes de entrar no cerne do assunto, gostaríamos de apresentar algumas formulações sobre o conceito de comunicação intercultural. O domínio de estudos interculturais ultrapassou, atualmente, o domínio reservado à pesquisa linguística, como o mostra a edição de 2004 da revista **Intercultural Pragmatics**<sup>2</sup>. Trataremos de comunicação intercultural para designar uma situação de comunicação na qual o obstáculo para uma comunicação bem sucedida não é tanto a barreira da língua, mas antes a da cultura. Vamos supor, com efeito, que o *handicap* linguístico, por mais sério e importante que possa ser, é, em grande parte do tempo, superado com a ajuda

---

2 - O argumento que vamos apresentar aqui é uma retomada de Moeschler (2004).

de estratégias variáveis (linguísticas e não linguísticas). É evidente que a barreira cultural é um obstáculo que é mais dissimulado, como o mostram os fracassos frequentes dos casais ditos “mistos”, ou seja, proveniente de culturas diferentes. Dito isso, passaremos a avaliar neste artigo um caso de comunicação intercultural bastante fascinante, uma vez dissimulado pelo compartilhamento de uma mesma língua. A situação é, pois, interessante, já que, se existe fracasso da comunicação, não podemos localizá-lo no plano linguístico. Nossa hipótese é que o mal-entendido intercultural tem, antes de tudo, a chance de transpor aquilo que é dissimulado pelo compartilhamento de uma mesma língua.

A última formulação que gostaríamos de apresentar concerne ao conceito de “cultura”. Adotaremos aqui uma abordagem cognitiva da cultura, na linha do programa de antropologia cultural de Dan Sperber (1996) e definiremos a cultura como um “processo pelo qual tipos de aprendizagem particulares se espalham por contágio de um indivíduo a outro em uma comunidade” (PINKER, 1999, p. 412). Em outros termos, uma cultura tem algo de vivo, cujos ingredientes são proposições não apenas compartilhadas, mas ativas, difusas que se reproduzem, que são em grande parte do tempo discutidas, sobrevivendo ou morrendo. Nesta ordem de ideias, veremos que o compartilhamento de uma mesma língua pode ser, paradoxalmente, um obstáculo à propagação de ideias, notadamente ao acesso a hipóteses contextuais necessárias para compreender o querer dizer do locutor.

Começaremos nossa demonstração por uma apresentação do estado da pragmática contemporânea.

## **A pragmática contemporânea**

Um dos grandes debates sobre a pragmática contemporânea, no sentido neo e pós-griceano, gira em torno do nível pertinente de descrição do sentido do locutor. Um dos grandes interesses da virada pragmática, da qual Grice foi, à sua revelia, o precursor mais importante<sup>3</sup>, reside na

---

3 - É importante insistir sobre o fato de que, contrariamente ao que afirma a tradição francofone em pragmática, representada essencialmente pelo trabalho sobre argumentação de Oswald Ducrot (DUCROT, 1980; DUCROT *et al*, 1980), a teoria dos atos de fala não exerceu o papel

introdução da noção de implicatura conversacional (Grice, 1989). A ideia de Grice é que o raciocínio que permite ao auditório descobrir os sentidos do locutor, seu querer dizer, não obedece a um processo lógico (no sentido da lógica dedutiva clássica), mas a um processo inferencial fundamentado sobre a pretensão de cooperação e a utilização ou a exploração de regras ou máximas de conversação<sup>4</sup>. As implicaturas conversacionais, sejam elas generalizadas ou particulares, a saber, ligadas a uma forma particular ou a um contexto particular, são aspectos não vericondicionais do sentido dos enunciados: elas são calculáveis, anuláveis, não destacáveis, não convencionais, dependentes da enunciação e indeterminadas; ao contrário, das implicaturas convencionais, onde o segundo aspecto não vericondicional dos enunciados, não é calculável, nem anulável, é destacável, convencional, independente da enunciação e determinado.

A mudança de perspectiva em semântica e em pragmática, em decorrência da contribuição maior de Grice, pode-se resumir da maneira seguinte: o auditório para compreender o querer dizer do locutor, deve ir além da significação da frase<sup>5</sup>, já que tal significação é incompatível com a pretensão cooperativa do locutor e de sua utilização ou exploração das máximas conversacionais. Mesmo se a comunicação literal não é excluída no paradigma de Grice<sup>6</sup>, todo interesse de seu dispositivo é justamente o de compreender como e porque os locutores, exigem através do seu enunciado, que o auditório compreenda mais.

A explicação clássica consiste em dizer que o auditório alocutário chega a inferir, de maneira não demonstrativa, o querer dizer do locutor, supondo que se o locutor coopera, ele não pode querer dizer P, dizendo P, o que lhe permite concluir que ele disse P por querer dizer Q<sup>7</sup>. A razão pela qual o locutor não comunica explicitamente suas intenções não é explicitamente dada nos textos de Grice, mas a motivação das máximas conversacionais permite compreender o sentido geral do argumento. Para Grice, a

---

que a ela se atribui nos anos setenta ou oitenta. Cf. Levinson (1983), Sperber e Wilson (1989) e Moeschler e Reboul (1994) para uma explicação desta mudança de perspectiva.

4 - Cf. Moeschler e Reboul (1994), capítulos 7 e 9.

5 - Vericondicional, composicional e não contextual.

6 - Lembremos que Searle (1982) define o sentido literal do enunciado como a combinação da significação da frase e de um conjunto de hipóteses de um segundo plano.

7 - Trata-se de uma versão simplificada do procedimento de compreensão de Grice. Cf. Moeschler e Reboul (1994, 2003-4).

conversação, como as ações humanas, são cooperativas, porque são racionais. Um dos exemplos famosos, para explicar o caráter universal das máximas conversacionais, pode ser formulado da seguinte forma: se um mecânico pede a seu aprendiz para lhe passar uma chave-11, ele não espera que este último lhe passe duas chaves-11, nem que deixe de lhe passar alguma (máxima da quantidade); ele não espera que o aprendiz lhe passe uma chave-10 (máxima da qualidade); ele não espera, também, que lhe seja passado um torno (máxima da relevância); por último, ele não espera que o aprendiz lhe atire a chave, nem que lhe dê depois de ter feito muitas outras coisas, e nem que lhe forneça uma caixa cheia de chaves, etc (máxima do modo). Resumidamente, se os locutores utilizam seus enunciados dotados de uma significação linguística convencional e composicional para comunicar outra coisa é porque existe um mecanismo racional, permitindo ao auditório obter ao menos de imediato bom resultado, ou seja, uma interpretação consistente com a intenção do locutor. O procedimento de desencadeamento das implicaturas conversacionais não é, pois, um processo aleatório: ele é fundamentalmente guiado pelo princípio de cooperação que supõe a racionalidade e a intenção de não enganar seu interlocutor<sup>8</sup>. Este postulado está ligado, como o próprio Grice o explicita, ao caráter universal das máximas da conversação, cuja denominação retoma as categorias kantianas de quantidade, qualidade, relação e modo<sup>9</sup>.

Mesmo se reformularmos, no quadro da Teoria da Pertinência, estas explicações, parece-nos importante insistir aqui sobre três pontos.

1. A interpretação de um enunciado não se reduz nem à sua significação linguística, nem a um conjunto de instruções, cuja característica principal seria a de produzir resultados diferentes em função de situações de enunciação<sup>10</sup>. A interpretação do enunciado é função da recuperação pelo auditório do querer dizer do locutor que pode,

---

8 - A posição de Grice sobre este ponto é bastante diferente daquela de Sperber (1994), que distingue diferentes posições que o alocutário pode adotar relativamente ao dizer do locutor: o otimismo ingênuo, o otimismo prudente e a compreensão sofisticada. Sperber associa estas atitudes a competências metarepresentacionais.

9 - Sobre este ponto, a perspectiva de Grice é oposta às críticas que produzem o teor antropológicamente etnocentrado das máximas conversacionais.

10 - É a versão clássica da pragmática integrada, ou teoria em Y. Veja Moeschler e Reboul (1994), Introduction ou, para uma versão mais recente, Moeschler (2006).

em certas circunstâncias, ser divergente.

2. A interpretação de um enunciado faz apelo a um conjunto de premissas, sendo algumas de natureza cultural. O acesso a estas premissas, fazendo elas ou não parte do conjunto de hipóteses sustentadas pelos locutores ou não, é o fator principal da origem da interpretação dos enunciados.
3. Ainda que um procedimento funcione etapa por etapa, por exemplo, do sentido literal ao sentido implícito, a compreensão de um enunciado é o resultado de um ajustamento mútuo entre diversos tipos de informação: significação linguística, hipóteses contextuais e implicaturas. O teor holístico *vs.* analítico da compreensão, enquanto processo, é uma das chaves que permite explicar as razões pelas quais os mal-entendidos, notadamente culturais, podem se sobrepor.

No momento atual, a estratégia geral é de situarem, ao nível de conteúdos implícitos (implicaturas conversacionais), as causas de possíveis fracassos da comunicação verbal. O argumento é o seguinte: se o mal-entendido tem uma causa puramente linguística – erro de arranjo sintático, cf. frases labirínticas, um acesso lexical deficiente, uma categorização ruim (verbo *vs.* nome, artigo *vs.* pronome) etc – espera-se que o diagnóstico do erro apareça bem rapidamente. Os erros pragmáticos, ligados notadamente à atribuição de referentes, à desambiguação, à determinação da proposição, da força ilocucionária e da atitude proposicional<sup>11</sup>, têm como característica não serem imediatamente detectáveis, exceto quando um conflito emerge, por exemplo, no tratamento de enunciados subsequentes, ou relativamente a informações prévias estocadas na memória, no momento de conflitos entre informações antigas e informações novas. Logo, se se observa mais de perto, vê-se que o simples fato de considerar que o processo de desambiguação, de atribuição de referentes, de determinação da

---

11 - Os exemplos clássicos seguintes ilustram estas diferentes situações:

- (1) O patrão dispensou o operário porque ele era comunista. ele = o patrão ou o operário?
- (2) Jean observa a moça com o binóculo – *observar com o binóculo* ou *a moça com o binóculo*?
- (3) Marie deve ser bem sucedida nos exames. Certeza ou obrigação (predição)?
- (4) Você vem jantar conosco esta noite? Pergunta ou convite?
- (5) Que golpe de mestre! Cumprimento ou ironia?

proposição, da força ilocucional sejam processos pragmáticos, não garante que sua resolução se faça no nível pragmático, nem mesmo que ela sobressaia depois do fracasso de uma interpretação por *default*. Tal situação se apresentará quando se decide retomar, por exemplo, os enunciados da nota 10, nos quais o referente de um pronome deve estar em posição temática (sujeito), os sintagmas preposicionais são preferencialmente acréscimos, os modalizadores têm uma preferência por leituras deonticas (*root-interpretation*), a leitura, como ato de fala indireto, favorece certos atos (pedido), e desfavorece outros (convite) e, enfim, a ironia está marcada (prosodicamente). Em resumo, esta análise supõe que o sistema linguístico seja suficientemente rico para poder explicitar e manter não ambíguos os conteúdos de representação,<sup>12</sup> e que se as mudanças de interpretação intervêm, o contexto seja suficientemente saliente para autorizá-las<sup>13</sup>.

Paradoxalmente, se tal sistema pode se justificar relativamente a uma diferenciação elementar entre significação linguística e o sentido comunicado pragmaticamente, torna-se problemático a partir de então que a representação do sentido não se limite a uma oposição entre significação não marcada e significação linguisticamente marcada. Notadamente, para os casos de atos de fala indiretos, a questão, legítima para uma abordagem cognitiva da pragmática, é saber se a interpretação indireta se situa ao nível daquilo que está implícito ou daquilo que é explicitado. Voltaremos a esta questão depois de um exame atento do nosso exemplo.

Para resumir, somos confrontados com a seguinte situação frente à questão da indeterminação do sentido pragmático.

Segundo a pragmática inferencial clássica, os fracassos de comunicação verbal são localizados no nível das implicaturas, ou seja, daquilo que é implícito *versus* o que é dito. É esta tese, que chamaremos de tese inferencial, que gostaríamos de discutir com ajuda de um exemplo que apresentaremos na seção seguinte.

## Um exemplo jocoso

Eis aqui um exemplo jocoso, autêntico, a partir do qual gostaria de

---

12 - Em termos da teoria da optimalidade, é o contrário da fidelidade que prevalece.

13 - Neste caso, é a pressão de marcação que prevalece.

desenvolver minha argumentação. Convidado, através de um acordo de cooperação interuniversitário por uma universidade francófona da África do Norte, enviei um e-mail a minha interlocutora para saber como fazer na minha chegada (naquela tarde) ao aeroporto, situado a uma distância considerável da cidade de destino. Em meu e-mail, produzi o enunciado seguinte, com o objetivo que me parecia evidente, ou seja, o de receber uma ajuda para uma assistência no aeroporto. Eis, portanto, a formulação do meu pedido :

(1) Você pode me dizer como ir do aeroporto a X?

A surpresa foi muito grande quando recebi a resposta literal de minha pergunta. Foi-me apresentada uma resposta completa, permitindo que eu chegasse a um lugar seguro <sup>14</sup>. O mais engraçado é que eu efetivamente deveria seguir estas instruções, embora uma combinação tivesse sido acertada e que um colega devesse vir me buscar – um incidente o havia impedido!

O que acontece com esse tipo de mal-entendido? À primeira vista, não existe mal-entendido intercultural: os interlocutores falam a mesma língua, com um domínio de alto nível pela minha correspondente e um uso razoavelmente correto para um professor suíço .

Entretanto, retrospectivamente, tive a certeza de ter utilizado a forma comum de pedir a alguém que me buscasse: formulou-se um pedido polido, esperando, dado o contexto – a distância do deslocamento – que uma oferta de ajuda fosse apresentada, ajuda que, se fosse bem entendida, seria negociada. Este cenário é certamente cultural e, dadas as relações históricas fortes entre o país de meu destino e a França, a hipótese de um conflito de cenário cultural não seria uma hipótese inicial plausível.

O que realmente se passou? As coisas são mais complicadas do que aquilo que havia pensado, já que minha hipótese inicial, aquela que produziu o retorno de um e-mail um pouco seco, pedindo explicitamente uma ajuda, não teria sido, de fato, a melhor. Minha hipótese inicial, aquela que

---

14 - Eis a resposta completa: 'Para o transporte do aeroporto de Y a X, você deve pegar um trem no aeroporto, com uma baldeação na estação Z e você chegará à estação X a 2 minutos do hotel, onde haverá um quarto reservado para você.'

vou explicitar em mais detalhes na sequência<sup>15</sup>, seria aquela em que meu interlocutor teria compreendido meu pedido literalmente, por razões que me parecem inacessíveis. Mesmo se eu estivesse irritado com a complicação que surgiria com a organização do meu deslocamento, eu não teria como fazê-lo a não ser por mim mesmo: aquele que não quer se exprimir clara e explicitamente deve aceitar que não será completamente compreendido. Dito isto, a hipótese segundo a qual minha interlocutora não compreendeu meu pedido inicial implícito é um tanto ociosa por duas razões. De uma parte, meu pedido explícito recebeu uma resposta favorável – mesmo se, repito-o, ele não foi coroado de sucesso – de outra parte, porque a razão principal da ‘recusa’ inicial não foi uma interpretação errada, mas um fato totalmente compreensível: minha interlocutora não podia dirigir à noite. O ponto importante, que gostaria de desenvolver mais na análise deste exemplo, concerne às razões pelas quais eu não pensei que minha correspondente não queria vir me buscar, mas simplesmente não podia fazê-lo, e também porque esta informação, crucial e pertinente, não foi dada.

Sendo dado o contexto, a interpretação da situação, assim como a sua análise informal, podemos agora proceder a uma análise mais detalhada do exemplo.

Uma primeira análise pode ser formulada da seguinte maneira:

- (2) Ao enunciar (1), o locutor, tem a intenção de comunicar um pedido de ajuda, formulando uma pergunta.

O problema que esta análise coloca é que tal demanda não é um meio convencional de produzir um ato de fala indireto de pedido. Se este fosse o caso, com efeito, dever-se-ia admitir que os locutores do francês partilhassem uma regra em comum (3):

- (3) Quando o locutor não sabe como ir de Y a X e ao demandar a seu interlocutor qual trajeto seguir para ir de Y a X, ele quer que seu interlocutor venha lhe buscar em Y e o conduza até X.

---

15 - O fato de esta hipótese ser incorreta não coloca em questão a realidade de minha interpretação e as premissas que eu assumi, nem mesmo a interpretação final que vou propor. Esta hipótese é, infelizmente, necessária a ser mantida, já que, de outra forma, será totalmente ilusório pensar que quaisquer que sejam as circunstâncias, os interlocutores serão capazes de se compreenderem. Como o leitor verá na sequência, não é totalmente miraculoso que

Um argumento suplementar pode ser dado: quando um turista enuncia (1) para seu agente de viagem, ele não o faz certamente para solicitar que o venha buscar em Y para conduzi-lo a X; ele coloca certamente uma questão que exige uma resposta verdadeira, a saber, a indicação de um procedimento, o mais explícito possível.

Dito isso, a primeira análise não é uma análise griceana: ela supõe o recurso a uma lei de discurso *ad hoc*, que intervém fora do campo das máximas da conversação. Uma análise inferencial deve, pois, se ela pretende reivindicar um quadro teórico consistente, explicar como a interpretação de um pedido de ajuda, a partir de uma pergunta, usa ou explora as máximas de conversação, da mesma forma que supõe o respeito ao princípio de cooperação. Se tentarmos testar o conjunto das máximas de conversação, obteremos o resultado seguinte.

- (4) “Máximas de quantidade”: não; o locutor deu o tanto de informação quanto necessário;  
“Máximas de qualidade”: não; o locutor não deu informações que ele acreditava que fossem falsas ou sobre as quais ele não tinha prova;  
“Máximas do modo”: não; o locutor não viola nem a submáxima da ordem, nem a submáxima da concisão, nem a submáxima da clareza<sup>16</sup>, nem ainda a sub-máxima da não prolixidade;  
“Máxima da pertinência”: sim, o locutor dá uma informação relativa à sua intenção informativa.

Se a única máxima de conversação implicada é a máxima da pertinência, então parece que se deva rever o quadro teórico no qual a análise foi formulada. Com efeito, as análises griceanas clássicas que recorrem à máxima de pertinência o fazem em referência àquilo que a tradição pragmática recente chama de *nonce* implicaturas, isto é, as implicaturas que são inferidas de maneira conjuntural, particulares a uma situação dada<sup>17</sup>. Estamos aqui longe do programa neogriceano, fundamentado sobre uma generalização das máximas de Grice com a ajuda de princípios pragmáticos como o princípio-Q

---

sejamos capazes de nos compreender; o que é miraculoso, é que cheguei ao meu destino.

16 - O enunciado (1) não é claramente ambíguo do ponto de vista linguístico.

17 - As implicaturas *nonce* correspondem às implicaturas conversacionais particulares.

e o princípio-I (LEVINSON, 2000) ou o princípio-R/M (HORN, 1984), mais próximos de uma análise como aquela da Teoria da Pertinência, que atribui todo o peso de princípios e de regras pragmáticas ao único princípio da pertinência. Voltaremos mais tarde a esta questão, mas gostaríamos, em um primeiro momento, explicar porque, apesar de a análise acima ser aceita, ela não explica porque (1) não é uma forma ordinária de pedir alguma coisa a alguém.

Como indicamos anteriormente, os atos de fala indiretos (as implicaturas conversacionais generalizadas) estão associados a fórmulas que, apesar de anuláveis, supõem, todavia, uma relação sistemática entre o ato ilocucional secundário realizado e o ato ilocucional primário intencionado.<sup>18</sup> Logo, em nosso exemplo, parece difícil admitir que uma questão sobre um trajeto a realizar possa estar conectado, por intermédio de qualquer regra semântica de atos diretivos, a um pedido. Aqui, mais uma vez, a regra de discurso (3), no sentido de derivações ilocucionais de Anscombe (1980) e de Anscombe e Ducrot (1983), é uma explicação *ad hoc*.

### Uma outra análise: o papel das explicitações

Vamos introduzir agora uma outra análise. Nossa hipótese é que (1) não tem um sentido de pedido como ato primário, nem uma implicatura conversacional generalizada, nem ainda uma implicatura conversacional particular. Ao contrário, vamos supor que o ato ilocucional de pedido seja uma explicitação de ordem superior. Em outras palavras, a força ilocucional do enunciado do locutor não é a de uma pergunta, mas a de um pedido (isto é, um ato diretivo) e não um ato indireto ou implícito, mas um ato direto, ou seja, na terminologia da Teoria da Pertinência, uma explicitação.

Na pertinência, uma explicitação de ordem superior<sup>19</sup> é um enriquecimento livre da forma lógica do enunciado, fundamentado sobre premissas cuja acessibilidade é, aqui, cultural.<sup>20</sup> Isso significa que, quando a

---

18 - Na terminologia de Searle (1982), o ato primário é o ato intencionado e o ato secundário é o ato ilocucional realizado. Em *Você pode me passar o sal?*, o ato secundário é o ato de demanda de informação [sobre o interlocutor] e o ato primário é o ato de pedido [do objeto].

19 - As explicitações de ordem superior se distinguem de explicitações básicas, correspondendo à proposição expressa pelo enunciado.

20 - Gostaríamos de denominar 'cultural' o fato de que não são informações visíveis (overt), mas invisíveis (covert), a saber, acessíveis por aqueles que as compartilham, sem que sejam

interlocutora não chegou a fazer a explicitação (5) como interpretação de (1), ela não compreendeu corretamente o sentido do locutor e que a comunicação falhou.

- (5) L solicita a seu destinatário que venha encontrá-lo no aeroporto.

Esta análise, diferentemente daquela que faz uma distinção crucial entre aquilo que é explicitado e aquilo que é implicado, atribui um papel central à pertinência. Antes da publicação da “Relevância”, em 1986, a noção de pertinência, ao menos na tradição griceana, não havia recebido uma definição clara e operacional. Na “Pertinência”, ela recebe, ao contrário, uma definição precisa e operacional, que repetimos aqui:

- (6) a. Sob condições iguais, quanto mais um enunciado produz efeitos, tanto mais ele é pertinente.  
b. Sob condições iguais, quanto mais um enunciado exige esforços cognitivos, menos ele é pertinente.

Os efeitos cognitivos são simplesmente definidos como efeitos contextuais, correspondendo seja ao acréscimo de uma informação nova, seja pela modificação de uma informação antiga, pela erradicação em caso de contradição, ou por reforço da força de convicção com a qual ela se sustenta.

Contrariamente, às abordagens griceanas ou neogriceanas, onde a pertinência exerce respectivamente o papel de uma máxima ou entra indiretamente na definição do princípio R/M (HORN, 1984), a teoria da pertinência erigiu esse conceito, em princípio, absorvendo o conjunto das máximas.<sup>21</sup> Elas permitem, por sua vez, caracterizar um dos traços fundamentais da cognição e da comunicação humana, definida como um processo ostensivo (o locutor mostra pelo seu enunciado sua intenção comunicativa) e inferencial (o interlocutor busca inferir a intenção informativa do locutor), que completa a comunicação codificada via um sistema de signos como uma língua natural, por exemplo.<sup>22</sup> Na versão recente da Teoria da Pertinência

---

manifestas. Estas hipóteses são aqui bastante diferentes, em sua acessibilidade, de hipóteses que constituem o ambiente cognitivo mútuo e, *a fortiori*, o contexto.

21 - Uma informação é, com efeito, pertinente se ela satisfaz as máximas de quantidade, de qualidade e de modo.

22 - Encontramo-nos aqui, o que não é surpreendente, em uma abordagem não codificada da

(WILSON; SPERBER, 2004), o princípio de pertinência está dividido em dois princípios: um “cognitivo”, explicando a relação entre a pertinência e a cognição humana e um “comunicativo”, explicando o uso que os locutores fazem da pertinência na comunicação verbal, por exemplo:

- (7) “Princípio cognitivo da pertinência”: a mente humana é orientada para a pesquisa de maximização da pertinência.
- (8) “Princípio comunicativo de pertinência”: cada enunciado comunica a pretensão de sua própria pertinência ótima.  
A pretensão de pertinência ótima é definida como se segue:
- (9) a. O enunciado é suficientemente pertinente para valer a pena de ser tratado;  
b. Ele é o máximo de pertinência que seja compatível com a capacidade e com as preferências do locutor.

O interlocutor busca, assim, a interpretação mais pertinente, mas limita sua busca relativamente àquilo que ele sabe das preferências e da capacidade do locutor, esta última modula suas expectativas de pertinência. Por exemplo, para voltar ao nosso exemplo “jocosos”, a resposta de meu interlocutor traduz uma interpretação (esta de demanda de informação) que satisfaz suas expectativas de pertinência, cuja explicação a mais simples é a seguinte:

- (10) Se o locutor quis pedir que alguém viesse buscá-lo no aeroporto, ele o fez (ele sabe como exprimir um pedido de ajuda).

Ainda que essa análise satisfaça a definição (b) de pretensão de pertinência ótima, a parte (a) desta definição não é satisfeita de maneira evidente.

A questão que devemos agora abordar é a relação que existe entre a definição de pertinência e o mal-entendido. Eis as proposições que

---

comunicação verbal, onde a linguagem não é definida pela sua função de comunicação, mas por sua função de representação, ou função cognitiva. Sperber e Wilson, como todos os teóricos evolucionistas, insistem sobre o fato de que um traço (a linguagem, a trompa dos elefantes, o longo pescoço das girafas, por exemplo) não pode ser definido pela função que adquiriu. É um fato incontestável para os biólogos (Cf. Hauser, 1996) que as asas dos pássaros tenham inicialmente uma outra função que o voo, mesmo se a evolução permitiu, na sequência, tal adaptação.

gostaríamos de defender na sequência deste artigo:

- (11) Mal-entendido ‘geral’: um mal-entendido é desencadeado, intencional ou involuntariamente, pela capacidade e pelas preferências do locutor, na origem da interpretação errônea do interlocutor.
- (12) Mal-entendido ‘intercultural’: um mal-entendido intercultural é provocado por uma avaliação errônea, por parte do destinatário, da capacidade e das preferências do locutor.

De que natureza é a interpretação errônea? Se a definição do mal-entendido define sua causa na segunda cláusula da pretensão de pertinência ótima<sup>23</sup>, ela não resolve a questão do nível onde o mal-entendido se realiza. Vimos que a análise pragmática tradicional situa o mal-entendido no nível das implicaturas, já que se devêssemos ter por causa principal o sentido literal, nenhum esforço inferencial seria necessário e o mal-entendido deveria ser automaticamente diagnosticado como tal. Deve-se, pois, prever um outro nível inferencial para que a hipótese pragmática sobre os mal-entendidos continue a ser viável.<sup>24</sup> Felizmente, a Pertinência previu, em seu dispositivo conceitual, tal nível, denominado implicatura. Uma explicitação é o resultado dos processos de enriquecimento da forma lógica do enunciado. Este processo dá lugar à forma proposicional (ou mais simplesmente à proposição) quando é básica, à força ilocucional e à atitude proposicional, quando é de ordem superior.

Compreender um enunciado, nesta ótica, representa, minimamente, determinar a proposição comunicada e a força ilocucional intencionada pelo locutor<sup>25</sup>. Isso significa que o nível de representação do conteúdo do enunciado é este das explicitações – Moeschler e Reboul (1988), para uma

---

23 - O que se quer dizer para que a pretensão à pertinência ótima seja mantida é que é necessário que o interlocutor faça uma hipótese errônea sobre a intenção informativa do locutor. É exatamente isso que se produz em todo mal-entendido *a fortiori* cultural.

24 - Insisto sobre este aspecto, já que do ponto de vista da argumentação que defendo, se se refuta um outro nível inferencial além das implicaturas, a questão do mal-entendido deve ser resolvida no nível do conteúdo literal do enunciado, a saber, no nível da significação linguística. Admitir como o faz Searle que o sentido literal é calculado sobre a base de hipóteses de fundo não resolve verdadeiramente o problema, porque deve-se agora indicar claramente como estas hipóteses afetam as condições de verdade do enunciado.

25 - Estamos aqui próximos de muitas análises dos atos de fala indiretos como implicaturas com curto circuito. (MORGAN, 1978). Cf. Moeschler (2002) para uma aplicação no quadro da análise conversacional.

argumentação mais detalhada.

Retomemos o nosso exemplo jocoso (1), reproduzido em (13) e vamos lhe atribuir uma análise em termos do nível de explicitação (14):

(13) Você pode me dizer como ir do aeroporto a X?

(14) a. L vai do aeroporto a X no sábado, 14 de abril, às 20:40.

b. L pergunta como ir do aeroporto a X no sábado, 14 de abril, às 20:40.

c. L quer saber como ir do aeroporto a X no sábado, 14 de abril, às 20:40.

(14a) exprime a proposição contida no enunciado (13) e corresponde pois à explicitação básica, enquanto que (14b e c) são as explicitações de ordem superior, respectivamente, a força ilocucional e a atitude proposicional.

Até o momento, a análise não é bem diferente daquela que precede, em razão da força ilocucional, que é associada a (13), isto é, a de um pedido de informação, correspondente àquela que a interlocutora mostra compreender. (13b) não corresponde àquela que o locutor quer dizer, a saber (15):

(15) L pede que alguém venha buscá-lo no aeroporto e o conduza a X.

Como se pode, neste novo quadro teórico, obter (15)? É suficiente para isso fazer intervir, em grande extensão (14a, b e c) as premissas implicadas (16) para extrair a conclusão implícita (17):

(16) a. Se L pergunta como ir do aeroporto a X, logo ele não sabe como ir a X.

b. L não prefere ir sozinho a X.

c. Se alguém não sabe como ir do aeroporto a X e prefere não ir a X sozinho, logo ele gostaria que alguém viesse buscá-lo no aeroporto.

(17) L pergunta se alguém virá buscá-lo no aeroporto para conduzi-lo a X.

Em outros termos, chegamos sempre a inferir a força ilocucional de solicitação (pedido de ajuda), mas agora que temos dificuldades em fazê-lo na versão pragmática clássica, chegamos aqui à hipótese de que as

premissas (16) assim como as explicitações (14) são acessíveis, a serem derivadas como (17), ou seja, o ato ilocucional de solicitação, como implicação contextual.

Este progresso não é insignificante, porque escapa às duas críticas que nós havíamos anteriormente formulado, ou seja, de uma parte a impossibilidade de derivar contextualmente o valor de solicitação e a dificuldade de recorrer a uma máxima de conversação para desencadear a implicatura.

Dito isso, a análise alternativa que propusemos não é ainda satisfatória, porque ela não descreve, a não ser parcialmente, o problema inicial: se a explicitação (14b) corresponde melhor àquilo que é compreendido pela interlocutora, não chegamos ainda a explicar a diferença entre o que quer dizer o locutor e o que sua interlocutora compreende. Gostaríamos, com efeito, de mostrar que (17) não corresponde a uma implicação contextual, ou seja, uma implicatura, mas antes a uma explicitação de ordem superior. Para chegar a isso, é necessário introduzir alguns elementos teóricos suplementares da teoria da pertinência, recentemente introduzidos. (WILSON; SPERBER, 2004)

## **Uma questão de pertinência**

Temos necessidade de um procedimento verdadeiro de compreensão que nos indique o que o interlocutor deve fazer para obter uma interpretação que corresponda, na melhor das hipóteses, à intenção informativa do locutor.

Lembremos, antes de abordar esta questão, que a Teoria da Pertinência descreve a comunicação verbal como um processo ostensivo inferencial: o locutor, através de seu ato de comunicação, comunica a seu interlocutor sua intenção comunicacional, ou seja, sua intenção de lhe comunicar alguma coisa (sua intenção informativa). Para acessar a intenção informativa do locutor, o interlocutor deve, num primeiro momento, reconhecer a intenção comunicativa do locutor. Com efeito, a interpretação de um enunciado, na comunicação verbal, não é um processo aleatório. O interlocutor não é nem um advinho, nem um imbecil, ele segue um procedimento – que Sperber e Wilson (2004) chamaram de “procedimento de compreensão” – para

alcançar uma interpretação mais próxima possível da intenção informativa do locutor.

O procedimento de compreensão está diretamente ligado a dois princípios de pertinência: o princípio cognitivo de pertinência e o princípio comunicativo de pertinência, definidos como se segue:

- (18) Princípio cognitivo de pertinência: a mente humana está orientada para a maximização da pertinência.

O que prediz o princípio cognitivo da pertinência, é que a cognição humana, essencialmente por razões ligadas à evolução, tem a capacidade de distinguir informações pertinentes de informações não pertinentes. A busca da pertinência é, pois, o que vai guiar a escolha interpretativa dos interlocutores e é isso que explica um aspecto até aqui misterioso da comunicação verbal, ou seja, o fato de que os interlocutores aceitam prestar atenção ao ato de comunicação de seu interlocutor sem ter como garantia *a priori* que vale a pena fazê-lo. Se a mente humana está pois orientada para a pertinência, compreende-se, portanto, porque, diante de todo ato de comunicação, o interlocutor possa presumir que o enunciado do locutor seja pertinente. Isso é exatamente o que prediz o princípio comunicativo da pertinência.

- (19) Princípio comunicativo da pertinência: o enunciado do locutor comunica a pretensão de sua própria pertinência ótima.

O que é a pretensão de pertinência ótima? Por que o interlocutor é autorizado a presumir que o enunciado do locutor é otimamente pertinente? Lembremos que o princípio cognitivo da pertinência explica porque o interlocutor aceita prestar atenção ao enunciado do locutor e de processá-lo. Todavia, este princípio sozinho não garante que aquilo que será alcançado seja pertinente. Para isso, é necessário um princípio comunicativo e é o papel do princípio comunicativo de pertinência autorizar o interlocutor a presumir, a supor que o resultado do processamento do enunciado tenha compensado este processamento. É exatamente o que descreve a noção de pretensão à pertinência ótima.

- (20) Pretensão de pertinência ótima
- O enunciado é suficientemente pertinente de tal forma que o seu processamento se torna relevante.
  - Ele é o mais pertinente e compatível com a capacidade e as preferências do locutor.

O item (a) estipula que a atenção atribuída (princípio cognitivo de pertinência) ao enunciado do locutor e o seu tratamento tornam-se relevantes porque ele é suficientemente pertinente. Neste momento, o item (a) é relativizado pela capacidade e pelas preferências do locutor e este item explica que nossas expectativas de pertinência vão variar de locutor para locutor: o inconveniente não é mais escutado, o colega muito falante se vê polidamente interrompido, o estudante se torna incapaz de apresentar sua exposição oral, sendo substituído por seu professor.<sup>26</sup>

Até aqui, tudo parece aceitável, mas certas mentes desgostosas depois da publicação, em 1986, de *Relevância*, não pararam de perguntar que diabo pode ser a pertinência. Infelizmente para elas, a pertinência recebe uma definição precisa, associada a dois conceitos não primitivos, os esforços cognitivos e os efeitos cognitivos. Os esforços cognitivos são os esforços de processamento, ligados, por exemplo, à extensão do enunciado e das palavras<sup>27</sup>, ao acesso lexical<sup>28</sup>, ao acesso às regras inferenciais<sup>29</sup>, à complexidade do processamento sintático<sup>30</sup>.

---

26 - Pode-se dar muitas ilustrações do item (b). Por exemplo, este acontecimento autêntico, por ocasião do colóquio de linguística francesa de Metz, em 1978, sobre o aspecto, onde, depois da conferência de Robert Martin, um participante pediu a palavra e disse: “Sua intervenção foi notável, mas sua classificação de aspecto é falha: você não falou de aspecto **aquático**”.

27 - Não se pode explicar a ordenação que se faz com frases curtas a não ser por razões de simplificação do processamento. Igualmente, a tendência de abreviar as palavras, assim como de fabricar acrônimos se explica também por razões de custos de processamento. TGV por “trem de grande velocidade”, UNI por universidade, FN por Fundo Nacional suíço de pesquisa científica, etc.

28 - O uso feito por Georges Kleiber (cf. KLEIBER, 1978) de palavras vicárias como “máquina”, “jeito”, “coisa”, ainda que não sejam linguisticamente sinônimas, permite simplificar o esforço ao acesso lexical, assim como o esforço de processamento.

29 - A Pertinência admite a hipótese de que as regras de dedução utilizadas pelo cálculo das implicaturas são as regras de eliminação e não as de introdução da lógica das proposições. Dois argumentos são dados: (i) um sistema de dedução contendo as regras de introdução e de eliminação não é um sistema formal, mas um sistema informal (ele não diz quando e como utilizar as regras de dedução); (ii) ele produz implicações triviais e, sobretudo, não informativas. Por exemplo, a partir de P, produz-se a conclusão seguinte: [P e P], [[P e P] e P], [[[P e P] e P] e P] etc.

30 - Lembremos que as frases ditas labirínticas são mais demoradas para o processamento do

Quanto aos efeitos cognitivos, eles correspondem ao resultado do processamento do enunciado e são de três tipos: acréscimo de uma informação nova (implicação contextual), modificação de força de convicção de uma hipótese antiga e erradicação de uma hipótese antiga, a partir de uma contradição.<sup>31</sup>

O princípio cognitivo da pertinência vai, então, orientar a busca da pertinência máxima, enquanto que o princípio comunicativo de pertinência vai limitar esta busca, orientando o interlocutor para a busca de uma pertinência ótima, ou seja, de efeitos, contrabalançando o esforço de processamento.

Podemos agora introduzir a ideia de procedimento de compreensão. A questão principal é de se saber quando parar o processamento, ou seja, a partir de quando os efeitos obtidos são considerados suficientes<sup>32</sup>. A seguir, tem-se como o procedimento de compreensão é formulado por Wilson e Sperber (2004, p. 613):

(21) Procedimento de compreensão da Pertinência

- a. Siga o caminho do menor esforço no cálculo dos efeitos cognitivos: teste as hipóteses interpretativas na ordem de acessibilidade.
- b. Pare quando suas expectativas de pertinência forem satisfeitas (ou abandonadas).

Em outros termos, o procedimento de compreensão deve determinar as explicitações (básicas e de ordem superior) e as implicaturas (premissas e conclusões implícitas) na ordem de sua acessibilidade. Quando as expectativas de pertinência forem satisfeitas, o procedimento para. Isso explica uma grande parte dos fracassos da comunicação verbal: não escutamos a não ser com um ouvido, ou o que queremos entender, não lemos a não ser

---

que as frases ordinárias. Eis um exemplo sugerido por Gérard Sabah (1989, p. 124): [O lago [que o escritor descreve em [seu livro contempla]] é o lago de Côme.] NT. Procuramos colocar colchetes como uma forma possível de leitura da frase (*Le lac que l'écrivain décrit dans ce livre contemple est le lac de Côme.*).

31 - Sobre a gestão das contradições do ponto de vista intercultural, cf. Van der Henst et al. (2006).

32 - Na primeira versão da Teoria da Pertinência, recorreu-se à ideia de consistência com o princípio de pertinência, segundo a qual a primeira interpretação que vem à mente é a boa interpretação.

a metade de uma circular e paramos, uma vez que cremos ter compreendido<sup>33</sup>.

O problema é saber se o procedimento hierarquiza os níveis de compreensão. Na versão atual da pertinência, apenas a acessibilidade de informação exerce um papel, se considerar a ordem de tipos de conteúdos. Fala-se, com efeito, de ajustamento mútuo entre o conteúdo do enunciado, o contexto e as implicações do enunciado, para descrever como o procedimento opera. Depois de afirmado isso, parece-me que se pode dizer um pouco mais e que o exemplo jocoso é um bom exemplo deste fenômeno. Eis, pois, a versão que proponho:

- (22) Procedimento de compreensão (versão revisada): acesse os níveis seguintes, de preferência de forma ordenada:
- a. Explicitação básica
  - b. Explicitação de ordem superior
  - c. Premissas e conclusões implicadas

Deve-se agora fazer predições sobre aquilo que, para cada um desses níveis, é necessário ou suficiente para a compreensão do enunciado.

1. A explicitação básica é o nível mínimo de comunicação: se a forma proposicional não for desenvolvida, a compreensão não será possível e será automaticamente diagnosticada como tendo falhado.<sup>34</sup>
2. As explicitações de ordem superior são o nível intermediário da comunicação e o nível mais importante: não compreender que a força ilocucional ou a atitude proposicional do locutor tenha por consequência um risco de mal-entendido importante, que não pode ser diagnosticado a não ser mais tarde<sup>35</sup>.

---

33 - Lembro-me de um colega, estudante de filosofia, que pretendia ter uma explicação da razão pela qual ele não terminava nunca os livros que lia. Seu argumento era o seguinte: Quando compreendo, eu paro.

34 - Em tais situações, o interlocutor poderá pedir uma repetição ou uma reformulação: “Você pode repetir, eu não compreendi”.

35 - Certo número de atos ilocucionais, quando não são realizados por performativos explícitos, podem dar lugar a interpretações errôneas. “Eu virei à sua festa” pode ser intencionada como uma informação e interpretada como uma promessa firme. Veja sobre a questão da promessa e a importância do contexto cultural em Egner (2006).

3. Enfim, as implicaturas são o nível superior de comunicação: as premissas implícitas, notadamente, são baseadas em conjuntos de conhecimentos e de crenças mais ou menos fortemente sustentadas e acessíveis; dito isso, não deduzir a implicação contextual não traz consequências as mais graves e não prejudica, necessariamente, o fracasso da comunicação<sup>36</sup>.

Os fracassos da comunicação têm, portanto, consequências, segundo o nível do conteúdo que não é percebido ou corretamente deduzido: as explicitações básicas são necessárias ao sucesso da comunicação, da mesma forma que as explicitações de ordem superior, enquanto que as implicaturas, uma vez que não são deduzidas, não tornam ultrapassado o resultado do processo de compreensão<sup>37</sup>.

Que conclusão podemos extrair desta hipótese, que faz, pois, do nível de explicitações de ordem superior o nível de compreensão crucial para o sucesso da comunicação? Vejamos por um instante o contexto integral de onde (1) foi extraído:

- (24) E-mail de Jacques: Bom dia, minha reserva de voo foi feita. Chego a Y, no dia 10 de abril, às 20:40 horas e retornarei no dia 14, às 14 horas. Você poderia me dizer como ir do aeroporto até X? Conto com você para reserva do hotel em X.
- (25) Resposta do e-mail a Jacques : (...) Para o transporte do aeroporto de Y a X, você pode tomar um trem no aeroporto, com uma baldeação na estação de Z e chegará na estação de X, a dois minutos do Hotel W, onde um quarto está reservado para você.

Vamos rever agora o que é dito e o que é intencionado<sup>38</sup> em (24)

---

36 - Lembre-se, o que é uma questão de direito cada vez mais crucial (cf. principalmente os processos de difamação de Le Pen e contra ele) que juridicamente, uma implicatura não pode valer como uma intenção informativa.

37 - Trata-se de uma conclusão feliz, notadamente para nossos estudantes: a transmissão de conhecimentos não será possível se exigir uma compreensão imediata e completa do sentido dos enunciados do professor.

38 - Eu não disse implícito, pois veremos que este nível não é este da implicatura, mas o da implicitação.

- (26) O que é dito : Você pode me dizer como ir do aeroporto a X?  
(27) O que é intencionado: Você pode vir me buscar no aeroporto e me levar até X?

Apresento agora, o que é o cerne de minha demonstração, como funciona a tese das premissas implícitas. Ela supõe, para que (27) seja uma conclusão implícita, as seguintes premissas:

- (28) a. Qualquer um que chegue a um país estrangeiro tem necessidade de ajuda.  
b. Ir do aeroporto ao centro da cidade sozinho, à noite, não é uma boa ideia, sobretudo se a distância entre o aeroporto e o destino necessita de um deslocamento complexo.  
c. Solicitar como ir de A a B implica pedir ajuda para ir de A a B.

A questão a partir de agora é a seguinte: por que, apesar da alta acessibilidade para a interlocutora das premissas de (28), (27) não recebe a resposta e não é provavelmente percebida? Em outros termos, por que a conclusão implicada (29) não é inferida?

Parece que nos encontramos diante de um impasse. Gostaria aqui de fazer um balanço provisório do que examinamos até aqui:

1. A solução pragmática simples, que vê a interpretação do pedido como o resultado de uma lei do discurso, não é satisfatória, pois a regra pragmática é *ad hoc*.
2. A solução griceana que desencadeia uma implicatura conversacional particular não é muito informativa, já que a única máxima à qual é possível fazer referência é a máxima da relação ou da pertinência. Todavia, trata-se de uma utilização conjectural e não se compreende muito bem o que motiva ou justifica a implicatura.
3. A teoria das premissas implicadas, ainda que seja capaz de derivar inferencialmente a boa interpretação como implicação contextual, não explica porque, embora as premissas implicadas sejam altamente acessíveis, a resposta dada é literal e não alcança o pedido.

Que solução ainda resta? Se voltarmos aos três níveis de compreensão fundamental, não existe nenhum deles que não tenha sido utilizado ainda, a não ser este das explicitações de ordem superior. Além do mais, se acrescentarmos agora o item (b) do procedimento de compreensão, pode-se lançar a hipótese de que a interlocutora parou no nível de explicitação de pergunta. Em outros termos, desde que ela percebeu a explicitação de ordem superior da de pergunta, a interlocutora obteve uma pertinência suficiente para equilibrar seus esforços de processamento, e interrompeu o procedimento de compreensão. O ponto crucial é que para se obter a conclusão implícita (27), é necessário exatamente que ela não pare na explicitação (26). Logo, a hipótese mais simples, certamente a mais plausível neste momento do processo de compreensão, é que a interlocutora interrompeu o procedimento de compreensão.

Esta análise tem um certo número de implicações, ainda que, como veremos no último parágrafo, ela deva ser completada por outras premissas. Dito isso, se ela explica porque a conclusão implicada não é deduzida, ela não explica porque o locutor não solicitou explicitamente a ajuda, ou seja, a de vir buscá-lo no aeroporto, se é efetivamente o que ele esperava que se compreendesse de seu enunciado.

Duas respostas são aqui possíveis:

- a) O locutor estava pouco disposto a exprimir sua solicitação explicitamente (por exemplo, por razões de polidez, ele não gostaria de impor qualquer coisa a sua interlocutora).<sup>39</sup>
- b) O locutor pode ter pensado que sua intenção fosse suficientemente clara para ser compreendida.

É o item (b) que gostaríamos de desenvolver, porque os argumentos que se podem invocar para defender (a) não nos parecem convincentes<sup>40</sup>. O item (b) faz intervir, com efeito, uma pressuposição pragmática que me parece particularmente escondida e dissimulada, ainda que ativa, nas

---

39 - Recupera-se alguma coisa próxima da máxima de Robyn Lakoff : « Não se imponha; deixe a escolha para seu interlocutor? ». (LAKOFF, 1973).

40 - Isso suporia que o conjunto de nossos comportamentos estariam culturalmente ditados por normas de comportamento e não por princípios mais gerais como a estratégia do intérprete (DENNETT, 1990).

situações de comunicação interculturais. Se os interlocutores não experimentam a necessidade de explicitar tudo, é porque eles supõem que o que não é dito é evidente e faz parte daquilo que a Teoria da Pertinência chama de ambiente cognitivo mútuo. Logo, nada *a priori* deverá autorizá-los a fazer tais hipóteses (os locutores são de países e de continentes diferentes, de culturas religiosas e historicamente diferente, etc), se esse não é o fato de que eles falam – em um nível bastante alto – a mesma língua. Tudo se passa, pois, como se o compartilhamento de uma mesma língua e, mais particularmente, o uso num nível alto de uma mesma língua exercessem o papel de uma tendência cultural e produzissem, a partir deste fato opaco, uma parte daquilo que é pragmaticamente pressuposto. Em outras palavras, os locutores parecem vítimas do seguinte princípio:

- (29) Na comunicação intercultural, quanto mais o nível de domínio da língua comum é elevado, tanto maior o risco de se atribuírem a seu interlocutor suas mesmas crenças e conhecimentos.

Obtemos, a partir de então, uma conclusão nova e inesperada: os mal-entendidos, notadamente interculturais, não têm uma causa linguística, mas antes uma causa pragmática, ligada à atribuição errônea das mesmas crenças e conhecimentos que os nossos. Assim, as inferências falsas são causadas simplesmente por atribuições falsas de crenças e de conhecimentos partilhados. No exemplo analisado, o locutor atribuiu simplesmente a sua interlocutora, de modo equivocado, todo um conjunto de hipóteses que não foram retidas.

### **Uma hipótese final**

Podemos, a partir de agora, formular uma hipótese final sobre os mal-entendidos interculturais:

- (30) Os mal-entendidos interculturais se produzem quando hipóteses falsas conduzem a explicitações de ordem superior errôneas.

Em outros termos, as inferências falsas, derivando de explicitações de ordem superior errôneas, são causadas pelas atribuições falsas de crenças e de conhecimentos partilhados.

Poderia-se objetar que tal análise vise simplesmente a fazer das hipóteses de fundo cultural simples hipóteses contextuais e que a cultura seja, de fato, algo de mais específico (em termos de conteúdo) e de mais amplo (em termos de suas propriedades). Com efeito, a cultura não é apenas um conjunto de proposições, mas alguma coisa que se transmite, se difunde, se aprende. Nossa resposta é a seguinte. As informações culturais de fundo, necessárias à compreensão de enunciados, têm exatamente as mesmas propriedades que as informações ditas “contextuais”: por mais que elas possam fazer parte do contexto, elas devem ser manifestas, ou seja, fazer parte do ambiente cognitivo mútuo dos interlocutores. Elas partilham, pois, as mesmas propriedades que as hipóteses contextuais e algumas entre elas são pressupostas como verdadeiras.

Assim, uma pressuposição pragmática de uma troca intercultural, talvez um alto nível de domínio de uma língua natural, é acompanhada de um conjunto de hipóteses contextuais idênticas, ou seja, mutualmente manifestas no contexto. Logo, aqui está o risco desta hipótese: as duas não são necessariamente emparelhadas, ou seja, o conhecimento de um língua natural não implica, no sentido lógico do termo, a posse do conjunto de conhecimentos culturais de fundo. A língua e a cultura são duas coisas diferentes, mesmo se o domínio de uma (a língua) for um modo de acesso, certamente privilegiado, da outra (a cultura).

## Conclusão

Quais são as implicações relativas à análise do exemplo jocoso, notadamente para a pragmática em geral e para a pragmática intercultural em particular? O ponto mais interessante é o fato de este exemplo nos mostrar que o nível de sentido necessário a assegurar a comunicação é este das explicitações e, mais particularmente, das explicitações de ordem superior. Com efeito, a determinação da força ilocucional e a atitude proposicional parecem ser cruciais para assegurar uma comunicação mínima. Isso não

é *a priori* surpreendente, mas transgride a ideia segundo a qual o sentido intencionado é pragmaticamente associado à comunicação não literal, isto é, às implicaturas. Se, ao contrário, se considera a força ilocucional assim como a atitude proposicional como enriquecimentos pragmáticos, então a determinação destes conteúdos não é a ação de uma simples decodificação linguística (como uma versão semântica e convencionalista da teoria dos atos de fala o supõe), mas de um processo de enriquecimento pragmático, orientado pela busca de pertinência ótima. Esta conclusão, relativamente à força ilocucional e à atitude proposicional, é feliz, já que é, com efeito, comumente muito difícil determinar a força ilocucional de um enunciado (trata-se de um pedido ou de uma ordem, de um conselho ou de um comando, de uma promessa ou de uma predição, de uma afirmação ou de constatação etc), bem como a atitude proposicional (o locutor crê naquilo que afirma, ele deseja que tal estado de coisas seja verdadeiro, é ele sincero ou não?). Compreende-se que se esta tarefa já é complexa nas situações ditas monoculturais, ela será particularmente mais delicada para funcionar no caso da comunicação intercultural. Sob este ângulo, a determinação dos conteúdos implicados parecem ser de um outro nível de dificuldade e, se de um modo geral, as conclusões implicadas são o resultado de um processo de ajustamento mútuo entre o conteúdo comunicado e o contexto, compreende-se porque certas implicaturas não são de fácil acesso. O melhor exemplo para tal dificuldade é a anedota seguinte, contada por um estudante queniano: “quando um policial pede a um motorista a sua licença para conduzir, é de costume, se isso não faz parte das práticas locais, receber a seguinte resposta: falta uma página em sua permissão”.

## Abstract

Supports the hypothesis that the main domain of research on the pragmatics of natural languages consists of clarifications. This hypothesis is opposed to the arguments put forward pragmatic, saying the interests of inferential communication is precisely the possibility for the speaker to communicate implicitly his informative intention, or if the announcer does not say explicitly what you mean, it's because he can have good and bad reasons for not wanting to say it.

**Key words:** Pragmatics; Clarifications; Communication inferential; Announcer; Intent Informational.

## Referências

- ANSCOMBRE, Jean-Claude, “Voulez-vous dériver avec moi”. **Communication**, v.32, 1980. p. 11-60.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude ; DUCROT, Oswald. **L’Argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- CARSTON, Robyn. **Thoughts and utterances**. Oxford: Basil Blackwell, 2002.
- DENNETT, Daniel. **La stratégie de l’interprète: le sens commun et l’univers quotidien**. Paris: Gallimard, 1990.
- DUCROT, Oswald. **Dire et ne pas dire**, Paris: Hermann, 1972.
- DUCROT, Oswald . **Les échelles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minuit., 1980.
- EGNER, Inge. Intercultural aspects of the speech act of. promising: western and African practices. **Intercultural Pragmatics**, v.3, n.4, 2006. p.443-464.
- GRICE, H. Paul. **Studies in the ways of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- HAUSER, Marc. **The evolution of communication**. Cambridge: MIT Press, 1996.
- HORN, Laurence Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature”. In: SCHIFFRIN, Deborah (Ed.) **Meaning, form, and use in context**, Washington: Georgetown University Press, 1984. p.11-42.
- KLEIBER, Georges, Mais à quoi sert donc le mot CHOSE? Une situation paradoxale, **Langue Française**, n.73, 1987. p.109-127.
- LAKOFF, Robyn, The logic of politeness: Or minding your *p*’s and *q*’s, In: COLUM, C. *et al.* (Ed.). **Proceedings of the Nineth regional meeting of Chicago Linguistic Society**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. p. 292-305.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University

Press, 1983.

LEVINSON, Stephen C. **Presumptive Meanings**. Cambridge: MIT Press, 2000.

MOESCHLER, Jacques. Speech act theory and the analysis of conversation. In: VANDERVEKEN, Daniel; SUSUMU, Kubo. **Essays in speech act theory**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 239-261.

MOESCHLER, Jacques. Intercultural pragmatics: a cognitive approach. **Intercultural Pragmatics**, v.1, n.1, 2004. p.49-70.

MOESCHLER, Jacques. French Tradition in pragmatics: from structuralism to cognitivism. **Intercultural Pragmatics**, v.3, n.4, 2006. p. 381-407.

MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. **Dictionnaire encyclopédique de pragmatique**. Paris: Ed. Du Seuil, 1994.

MOESCHLER, Jacques ; REBOUL, Anne. **La pragmatique aujourd'hui: une nouvelle science de la communication**. Paris: Ed. du Seuil, 1998.

MORGAN, Jerry. Two types of convention in indirect speech acts. In: COLE, Peter (Ed.) **Syntax & Semantics 9: pragmatics**. New York: Academic Press, 1978. p. 261-80.

PINKER, Steven. **L'instinct du langage**. Paris: Odile Jacob, 1999.

REBOUL, Anne; MOESCHLER, Jacques. **La Pragmatique aujourd'hui**. Paris: Ed. Du Seuil, 1998.

SABAH, Gérard. **L'intelligence artificielle et le langage II: processus de compréhension**. Hermes: Paris, 1989.

SEARLE, John R. **Sens et expression**. Paris: Minuit, 1982.

SPERBER, Dan. Understanding verbal understanding. In: KHALFA, Jean (Ed.), **What is Intelligence?** Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 179-198.

SPERBER, Dan. **La contagion des idées**. Paris: Odile Jacob, 1996.

SPERBER, Dan ; WILSON, Deirdre. **La Pertinence**. Paris: Minuit, 1989.

VAN DER HENST, Jean-Baptiste et al. Dealing with contradiction in a communicative context: a cross-cultural study. **Intercultural Pragmatics**,

v.3, n.4, 2006. p.465-485.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Relevance theory. In: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory (Ed.) **Handbook of pragmatics**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 607-632.